



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 4 de outubro de 2022

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na segunda-feira	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
5,54% São Paulo	108.451 28/9 29/9 30/9 03/10	R\$ 1.212	R\$ 5,174 (- 4,09%)	R\$ 5,084	13,65%	13,66%	Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68 Agosto/2022 -0,36

MERCADOS

Bolsa dispara com resultado do 1º turno

B3 avança 5,54% e dólar recua 4,09% no dia seguinte ao fechamento das urnas. Investidores avaliam que desempenho de Bolsonaro e avanço conservador no Congresso diminui chances de mudanças na política econômica, segundo analistas

» ROSANA HESSEL

Um dia após os resultados do primeiro turno das eleições, que confirmaram o embate entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL) no segundo turno, em 30 de outubro, o mercado financeiro operou em clima de euforia. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) disparou e encerrou o dia de ontem na máxima de 116.134 pontos, com alta de 5,54% em relação ao pregão de sexta-feira, a maior valorização diária desde 6 de abril de 2020. Enquanto isso, o dólar recuou e voltou a ser negociado abaixo de R\$ 5,20.

Segundo analistas, os investidores reagiram positivamente ao desempenho acima do esperado de Bolsonaro e de candidatos aliados ou simpatizantes ao governo na disputas por assentos no Congresso e nas administrações estaduais, no entendimento de que esse movimento reforça a manutenção de um viés liberal na condução da economia e evita guinadas à esquerda, mesmo que Lula seja vitorioso no segundo turno.

A alta do Índice Bovespa (Ibovespa), que não ficava acima de 116 mil pontos desde 14 de abril, foi generalizada. Apenas duas ações tiveram queda, ambas do setor de educação: Yduqs e Cogna, com desvalorizações de 1,59% e de 0,34%, respectivamente. As ações da Sabesp

lideraram as altas, disparando 16,94%, para R\$ 58, diante da maior possibilidade de que a empresa venha a ser privatizada. O candidato ao governo de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos), ex-ministro de Bolsonaro, que terminou o primeiro turno na liderança, e disputará o segundo com Fernando Haddad (PT), é a favor da desestatização da companhia de saneamento paulista.

Os papéis das áreas Gol e Azul vieram na sequência das maiores altas da B3, com valorizações de 12,54% e de 11,35%. As ações ordinárias (com direito a voto) e preferenciais (com prioridade no recebimento de dividendos) da Petrobras subiram 8,8% e 7,9%, respectivamente.

Câmbio

Enquanto isso, o dólar acompanhou a desvalorização global e fechou com queda de 4,09%, cotado a R\$ 5,173 para a venda. Foi a maior redução percentual no fechamento desde 8 de junho de 2018, de 5,35%. Com esse resultado, a moeda brasileira é uma das poucas a se valorizar frente ao dólar no ano. A divisa norte-americana registra baixa de 7,49% ao longo de 2022.

As opiniões de analistas do mercado sobre quem vencerá a disputa presidencial no segundo turno estão divididas, mas eles avaliam que a nova composição do Congresso, que terá o PL, partido de Bolsonaro com as



Apenas duas ações do Ibovespa fecharam em baixa ontem. Moeda norte-americana caiu para R\$ 5,17

maiores bancadas, tanto na Câmara quanto no Senado, diminuí os temores de que, em caso de vitória de Lula, haja uma guinada heterodoxa na administração da economia.

E boa parte dos especialistas não descarta as chances de o atual presidente — que ficou em segundo lugar no resultado das

urnas de domingo, com 43,3% dos votos contra 48,2% de Lula — conseguir virar o jogo em 30 de outubro. José Marcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos, destacou que a euforia do mercado é resultado da precificação de que a vitória de Bolsonaro “ficou muito mais provável”, porque o Congresso

terá maioria liberal e pró-reformas. “O presidente pode reverter o placar”, apostou.

Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos, ressaltou que, agora, os candidatos precisam conversar mais com os eleitores de centro. “Isso ameniza discursos mais radicais. E o mercado também

interpretou que, como o centro no Congresso seguirá relevante, diminui a chance de populismo. Nesse sentido, há também a leitura de que Bolsonaro tem mais chance de vencer. As ações das estatais estão subindo por conta disso”, destacou.

De acordo com Julio Hegedus, economista-chefe da Mirae Asset, “a composição do novo Congresso exigirá muita negociação do novo presidente, principalmente, se ele for Lula”.

Thomas Mathews, economista sênior da Capital Economics, disse que os investidores parecem ter encarado positivamente a perspectiva de uma vitória de Lula “até agora”, mas fez um alerta de que os retornos em dólar dos títulos e ações do país “decepcionarão nos próximos dois anos”. Segundo ele, para inverter o resultado do primeiro turno, seria preciso uma grande chacoalhada no cenário. O bom humor do mercado, com alta na Bolsa e queda do dólar, reflete, em parte que, “embora a presidência de Lula tenha sido amplamente desconsiderada pelos investidores, o sucesso de candidatos de direita nos estados pode significar que o petista precisará governar mais para o centro do que o contrário”.

O bom humor do mercado de ações não foi restrito ao Brasil. As bolsas internacionais também fecharam, ontem, no azul. Em Nova York, o índice Dow Jones avançou 2,66% e o Nasdaq, 2,27%.



RAUL VELLOSO

O ATUAL GOVERNO NÃO FOI CAPAZ DE REVERTER A DESABADA DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB QUE, HÁ MUITOS ANOS, VEM ATINGINDO A ECONOMIA BRASILEIRA, DESDE OS 8,7% DA DÉCADA DE 1971-80 PARA APENAS 0,3% AO ANO NA DE 2011-20. SEM ISSO, OS EMPREGOS NÃO CRESCEM DE FORMA ADEQUADA E A POPULAÇÃO SOFRE DESNECESSARIAMENTE

Uma tarefa difícil

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Além de lidar mal com eventos extraordinários de alta gravidade como a pandemia da covid-19, entre vários outros fatores desfavoráveis que não caberiam em um simples artigo de jornal, o atual governo não foi capaz de reverter a desabada das taxas de crescimento do PIB que, há muitos anos, vem atingindo a economia brasileira, desde os 8,7% da década de 1971-80 para apenas 0,3% ao ano na de 2011-20. Sem isso, os empregos não crescem de forma adequada e a população sofre desnecessariamente, pois soluções há. Ou seja, se a disputa é entre Bolsonaro e o experiente candidato Lula, e pensando no bem da população, não há por que não dar a este último a chance de fazer o que é certo — ou seja, algo que o outro não fez. Inclusive por que Lula, na direção correta, já se manifestou, por exemplo, em favor do investimento público e contra o teto de gastos, e, por isso, com ele

são maiores as chances de fazer o que é melhor para o país, ainda que se saiba que sua tarefa será nada simples.

O ponto central é que existe uma forte correlação entre os investimentos em infraestrutura, sejam eles privados ou públicos, e o crescimento do PIB (veja os gráficos que acabo de apresentar ao Fórum Nacional, que presido, em <https://youtu.be/XU2Z08iSHbs>), mas no Brasil os privados não conseguem ultrapassar a marca média de 1,1% do PIB desde os anos 1980, pois, por definição, esses só entram onde a aposta é certa segundo seu cálculo, e, pelo que se vê por aqui, esse cálculo não parece comportar mais que esse nível de gasto. Algo terá de ser feito para mudar isso. Entrementes, dos anos 1980 para cá, os públicos desabavam cerca de nove vezes, de 5,1% para 0,6% do PIB, pelo virtual esgotamento do espaço orçamentário público com outras despe-

sas. Ouvi de Paulo Guedes, às vésperas de assumir, que ele odiava investimento público, podendo deduzir, portanto, que a dupla Bolsonaro-Guedes não cuidaria da questão fiscal do jeito que considero correto para viabilizar a abertura daquele espaço, a não ser por acaso.

Teto de gastos

Na mesma toada do mercado financeiro, ele defendeu até outro dia a aplicação do falecido “teto de gastos”, medida emergencial adotada em um momento crítico, que só faria sentido se mudanças legislativas difíceis de aprovar fossem também adotadas, algo inviável naquele momento. Ou seja, uma contradição em termos...Ao fim e ao cabo, a única coisa que o teto faz hoje é expulsar dos orçamentos o item mais flexível — logo, o que mais precisaria aumentar, isto é, os investimentos.

É fato que a tarefa à frente é nada simples, pois o “x”

da questão, que o governo que sai ainda não percebeu (ou talvez não tenha dado importância a ele), é que, como os poderosos da vez são contra qualquer tipo de financiamento para investimento público, será preciso reduzir consideravelmente o peso do que costumamos chamar de “a grande folha de pagamento”. O problema pega todas as esferas, mas, no caso do Orçamento da União, por exemplo, onde se incluem os gastos com benefícios previdenciários, assistenciais e o pessoal ativo, o peso desse “bolo”, no total, passou de 39%, em 1987, para 76%, em apenas 30 anos, ou seja, quase dobrou. Só ajustando esse item se abrirá espaço para aumentar os investimentos, que, em 2017, haviam se reduzido para, pasmem!, apenas 3% do gasto federal total, algo que só não foi pior porque o peso dos gastos em educação e saúde — algo em si indesejável —, e outras despesas obrigatórias,

havam cedido espaço caindo pela metade, enquanto o das demais despesas correntes discricionárias haviam desabado a quase um terço do se observava em 1987.

Se, por sua vez, olharmos a estrutura dos gastos de uma prefeitura de grande porte, como a da Cidade do Rio de Janeiro, no caso em 2015, ainda que vestido de outra forma o problema se repete. Lá encontraremos uma grande folha (basicamente pessoal ativo e inativos & pensionistas) de não menos que 44,3% do total, enquanto o outro item dominante nesse tipo de ente é composto pelos outros custos obrigatórios (ou seja, urbanismo, saúde, educação, serviço da dívida, Poder Legislativo, precatórios e outras vinculações de receita), hiper rígidos, com 38,7% do total, fechando-se a conta com outros custos discricionários (que somavam 10,6%) e os investimentos, com estes ficando, finalmen-

te, com apenas 6,4% do total.

Para completar a análise das dificuldades que, à falta de uma ação mais eficaz da gestão que se encerra, Lula provavelmente terá de enfrentar, a fim de turbinar os indispensáveis investimentos públicos, cabe registrar algo bem pouco conhecido. No momento em que esses investimentos se arrastam para decolar dos míngados 0,6% do PIB previstos para este ano, as tendências à frente são de forte crescimento das despesas previdenciárias, tanto para o conjunto dos municípios (cujo crescimento real médio foi de 12,5% ao ano em 2011-18), como dos estados (5,9% ao ano em 2006-18); do RGPS (ou INSS, de 5,1% ao ano em 2006-20); e do regime próprio da União (com 3,1% de taxa real média de crescimento em 2006-21). Enquanto isso, o PIB crescia à média de apenas 1,6% em 2006-21. Esse tema precisa ser mais destrinchado.